UM NÃO AO RACISMO!
RESSIGNIFICAÇÃO DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS EM AULAS DE LEITURA

Hely Cantalice Neto[1]

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem por objetivo propor a discussão da temática da diversidade étnico-racial presente e recorrente nas escolas brasileiras. Vislumbramos, de forma sucinta, mostrar como surgiu a lei federal 10.639/03 sem adentrarmos no mérito jurídico específico a esta prescrição federal. Contudo, entendemos e consideramos que os movimentos de luta de grupos negros foram imprescindíveis e importantes para que a referida lei fosse criada. Faremos um passeio ao adentrarmos na discussão que versa acerca da importância do ensino da História, Cultura Afro-Brasileira e Africana em nossas instituições de ensino enfocando o lócus escolar como um espaço privilegiado onde tanto docentes quanto discentes podem ter a oportunidade de discutir e se apropriar da temática em um conjunto plural onde convivem indivíduos de vários contextos étnico-raciais.

Discutimos a problemática vivenciada pelos profissionais da educação em escolas, mais especificamente os professores, os quais em sua maioria são profissionais que vivenciam e estão em contato direto com uma clientela a qual não consegue ser assistida pelo profissional professor que deveria estar apto a dar suporte ou atender, quando solicitado, em questões que envolvam discussões que aludem à negritude, discriminação, identidade ou diversidade étnico-racial.

Entendemos ser ainda um tabu enfrentado por vários profissionais que, em grande parte, por se considerarem incompetentes em questões que se referem à diversidade, sequer manifestam seu ponto de vista sobre a problemática, outrossim, resguardam-se sendo passivos e silenciam quando são solicitados em algum momento quando indagados na escola acerca de questões que envolvam temas sobre a negritude ou a diversidade étnico-racial. Assim, quando esses profissionais nada falam, nada questionam ou não exprimem seus pontos de vista acabam por perpetuar na instituição escola o silêncio acerca da problemática urgente de discussão.

Todo discurso é organizado. Desta forma, compreendemos que o docente com a atitude de silenciar-se acaba por manifestar-se, pois o próprio silêncio é uma forma não neutra de posicionar-se.

Acerca do exposto, trataremos destes assuntos exemplificando com uma ação docente ainda em execução em uma escola pública no município cearense de Canindé. Com tal propositura, visamos com aulas de leitura em língua portuguesa em séries do ensino fundamental, contribuirmos com a desconstrução de mitos e preconceitos que envolvam o universo da diversidade étnico-racial através de aulas de leitura em língua portuguesa.

2 DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EXISTE NA ESCOLA?

A sociedade segue um modelo estético que define a beleza de acordo com os ditames europeus, ou seja, as pessoas devem ser de pele branca, cabelos lisos e com tons e matizes de louro e olhos claros. Tudo que estiver avesso a essas classificações é considerado fora dos padrões. Assim sendo, no país onde vivemos onde temos um grande número de pessoas

---

[1] Graduado em Letras – UFPb e discente do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS / Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CAWSL/Assu, RN.
Francisca Maria de Souza Ramos Lopes (Docente orientadora) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CAWSL/Assu, RN.

advindas de vários pertencimentos étnico-raciais, verificamos, portanto uma intensa diversidade.

Os estudos de Ramos-Lopes (2010-2013) destacam que em âmbito escolar, as práticas discriminatórias, são frequentes e em se tratando de estudantes negros são ocultadas e silenciadas, pois não se constituem em discussões que "denunciem" a complexidade atinente à diversidade étnico-racial.

A escola, não obstante, é o local onde os profissionais da educação deparam-se com vários indivíduos que pertencem a variados grupos étnicos os quais possuem suas características e peculiaridades.

Percebemos que sobre essa problemática é mais simples e "natural" para as instituições escolares calarem-se diante de temáticas como esta que ainda são tratadas com certa distância pelos docentes ou outros profissionais da educação.

Abordar tais temáticas que aprofundem a discussão sobre a diversidade é um desafio enfrentado pelos educadores, pois grade parte deles além de já trazerem consigo uma educação voltada ao "silêncio apaziguador", não se acham confortáveis em chocar-se com opiniões muitas vezes de pais e o corpo técnico da escola que julgam a temática como um tabu.

Por ser um espaço onde convivemos com uma grande pluralidade de pessoas, temos que este ambiente torna-se propício à manifestação de vários tipos de preconceito e a discriminação étnico-racial. Por estarmos em um espaço público, devemos também fomentar a valorização das múltiplas identidades ali constituídas.

Conforme a afirmativa de Candau (2005), "somos obrigados a assumir o múltiplo, o plural, o diferente, o híbrido, na sociedade como um todo" a fim de que possamos viver em um clima de tolerância.

Ainda no enfoque desse pensamento, Praxedes e Praxedes (2014, p.64) assevera: como a escola é o espaço privilegiado de socialização e de convivência, é nela que se deve iniciar nossa formação para a convivência com o outro não idêntico, o diferente.

Sabemos que, embora a escola seja um espaço privilegiado para a socialização dos sujeitos protagonistas, entendemos também que é neste ambiente onde ocorrem episódios de estranhamento e hostilidade entre pares resultando assim em problemas de ordem social. Compreendemos também que, tanto alunos como professores, por estarem inseridos em uma sociedade onde a concepção da origem do nosso povo foi, por anos, erroneamente apregoada, continuam a reproduzir "verdades" acerca de proposições formuladas ainda no século XIX. Nesse mesmo ambiente, podemos ressaltar também que existe a problemática da abordagem dos livros didáticos face à diversidade e à negritude. Sabemos que existem iniciativas com o propósito de melhorar tais materiais. Contudo, ainda há muito para se avançar neste perfil.

O que vemos em nossa realidade, mais especificamente em nossas escolas, é a diversidade, pois o Brasil é um país pluricultural e de várias etnias. Neste espaço, devemos valorizar a pluralidade existente abolindo práticas de discriminação e preconceito a todos os grupos nela contidas. Não obstante, lembramos que os nossos livros e manuais didáticos usados em sala de aula usam, por vezes, termos não corretos e que notadamente expressam discriminação ao indivíduo negro. Em suma, esse material pedagógico, que deveria ilustrar, descrever e valorizar a nossa história, traz consigo o negro sendo lembrado de forma equivocada. Quase sempre, o sujeito negro não é lembrado na sociedade e, quando assim o fazem, vinculam-no à escravidão. Isso faz com que os estudantes tenham uma visão deturpada da história sobre o negro e das características do continente africano.

Conforme o entendimento de Chagas (2008), geralmente, os livros didáticos de História trazem consigo a informação de que a África é o local de onde vieram os escravos e, sendo assim, toma-se por extensão e naturaliza-se a África como a terra dos escravos. Temos, portanto, no imaginário dos estudantes que este seja um entendimento coreto. Alude-se ainda

erroneamente nos livros didáticos de História, que o continente africano é formado por países pobres, miseráveis, onde se encontram a fome, o racismo, o analfabetismo e a escravidão.

Em África, conforme o estudioso, existiam diversas organizações que compunham o universo africano. Além disso, vários reinos que praticavam a agricultura, criavam animais, a exemplo do gado, mas o comércio era a principal atividade daquele povo. Além disso, os africanos conheciam a técnica da metalurgia, navegação e da cartografia contradizendo o entendimento de que os africanos eram povos "menores".

Qual aluno se sentirá empoderado e valorizado quando citam que o africano, seu antepassado, foi vítima da escravidão? Além de tocar em um ponto que reforça e lembra o estigma que persiste acerca da escravidão ainda o fazem de maneira extremamente equivocada, pois é necessário retificar que os africanos que chegaram no Brasil foram, na verdade, sequestrados em África sendo trazidos para o Brasil a fim de serem escravizados no formato de escravidão não temporária, ou seja, comercial.

Segundo o texto de Cavalleiro (2010), alguns docentes ao serem questionados acerca dos efeitos nocivos do preconceito racial até reconhecem a existência de tal comportamento na sociedade. Contudo, se negam taxativamente que tal procedimento comportamental exista dentro do seio escolar. Uma das entrevistadas da estudiosa em questão externa da seguinte forma: "Deve ser uma barra muito grande que o negro segura, porque né...na sociedade sempre existe isso (racismo), mas na escola não".

O dizer da autora citada corrobora no entendimento de que a discriminação étnico-racial existe nas escolas. Contudo, grande parte dos docentes nega-se em debater acerca de tal entrave ou simplesmente silenciam no intuito de não mais cogitar sobre o tema.

2.1 O PAPEL DA ESCOLA FRENTE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A escola não está livre de ser um espaço neutro frente às questões de discriminação, racismo e preconceito, pois ela como um aparato que faz parte do meio social está também banhada por vários tipos de mazelas e, em consequência disso, torna-se um espaço onde a repetição de tais posicionamentos errôneos sobre as questões étnico-raciais.

Como explicitado anteriormente, o sujeito negro é, por vezes, ainda lembrado de forma associada à escravidão o que faz com que os alunos tenham um sentimento de repulsa e de negação a sua ancestralidade. Da forma como é colocada a figura do negro, o aluno não se vê estimulado a assumir a sua afrodescendência.

Gomes e Munanga (2006) comentam que tentar negar as diferenças físicas, culturais e sociais entre as pessoas em nada vai ajudar no combate ao racismo.

Dessa forma, é dever da escola discutir tais temas e de estimular a autoestima dos discentes de forma que faça os alunos pensar/refletir o sujeito negro de outra maneira, reescrevendo outra história, desconstruindo assim estereótipos que ainda continuam sendo reproduzidos no imaginário popular e dentro dos nossos educandários.

Portanto, a escola precisa envolver o aluno adotando estratégias que sejam suficientes no sentido de promover-lhe confiança em si próprio, o empoderar-se. "À medida que essa autoestima começa a ser intensa, ele começa realmente a se sentir negro, em saber que negro é bom, é bonito, ou seja, é normal" (MAGGIE, 2005, p.127).

Contudo, é importante salientar que a escola é um local onde docente/discente deve debater acerca deste assunto. A conscientização em nosso ver é o combustível essencial para que haja de fato a assimilação através de todo esse processo de reestruturação da identidade do aluno.

As escolas ainda permanecem com grandes lacunas em suas estruturas curriculares, pois não estão conectando temas que façam alusão a grupos minoritários como as populações

negras. Reproduzem um discurso dos setores dominantes não valorizando pequenos grupos no tocante que as diferenças desses grupos menores ficam veladas e silenciadas.

Isto é prejudicial ao passo que alunos pertencentes a grupos apontados como "menores" são oprimidos tendo suas diferenças, características culturais tolhidas em um espaço que deveria ser democrático.

> O ensino tradicional, nesse sentido, reproduz os valores da sociedade dominante e mantém essa condição. Escola e sociedade dominante caminham juntas no sentido de manter as ideologias das classes opressoras, não abrindo espaço, assim, para uma análise crítica social e impedindo a inserção de outros grupos sociais menos privilegiados. (JUNIOR; OLIVEIRA, 2012 p.3)

A escola deve ser um local onde possa existir a promoção de aulas que articulem em uma perspectiva de valorização da multiplicidade e pluralidade de sujeitos que coexistem naquele espaço. O entendimento sobre essas questões deve ser tal que a escola, como instituição, compreenda a importância da não exclusão e marginalização do "outro", o aluno.

Portanto, a escola enquanto instituição social tem a atribuição decisiva para que haja a eliminação das discriminações para o empoderamento de grupos minoritários discriminados.

3 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA HISTÓRIA, CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Entendemos a importância e o valor do ensino da História, cultura afro-brasileira e africana, pois devemos ir em busca da memória de nossos antepassados – um povo que foi raptado de suas terras e chegou ao Brasil para servir como escravo. Muito do que temos hoje em nosso país é fruto da contribuição deles para a nossa formação.

O problema que enfrentamos hoje quando nos reportamos à África é que, até mesmo os nossos mestres para serem graduados no ensino de História, não tiveram em suas formações em nível superior um ensino adequada que pudesse abarcar o contexto africano.

Trata-se de um imenso continente que, na maioria das vezes, é confundido como um único país. Em África, temos dezenas de países com culturas diferentes, idiomas, costumes diversos, tribos etc.

Ao indagarmos um estudante em uma escola de ensino fundamental ou médio acerca do que ele entende por África em uma palavra, provavelmente virá em sua fala palavras como: negro, AIDS, seca, savana, leão, leopardo, ESCRAVO! Sabemos que África não se restringe apenas a esses vocábulos. Alguns deles são preconceituosos em relação àquele continente. Contudo, fazem parte e estão na lembrança das pessoas, pois na maioria dos seus livros didáticos usados na escola, à África é reservado um espaço pequeno de quase nenhuma importância. Desta forma, os estudantes acabam por reproduzir estereótipos sobre aquele continente e suas populações.

Reservamos grande espaço e tempo para trabalharmos grandes civilizações europeias em nossas aulas de História. Poderíamos, de igual modo, dispensar tamanha importância aos estudos africanos, seus grandes reinos, suas línguas e culturas. Ficaríamos estupefatos em saber o quanto existe de riquezas em África. Muito se tem avançado na tentativa de melhorar em termos de conteúdo sobre África em nossos livros didáticos. Contudo, ainda temos muito o que refletir.

Portanto, dada a importância da temática exposta, percebemos que devemos trabalhar as civilizações africanas com o mesmo empenho que damos as civilizações europeias.

Conforme Mattos, (2003, p.135): "Ensinar história da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira".

Ao tratarmos a temática africana sob outro prisma, não estaríamos contribuindo para a consciência e manutenção do orgulho da ancestralidade africana de nossos jovens? Saberes estes

que formariam cidadãos mais conscientes face à pluralidade étnico-racial no Brasil garantindo o respeito, um país democrático onde todos os cidadãos tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Mediante o exposto e por entendermos a importância e o valor da história e cultura afro-brasileira advinda do povo africano, sentimo-nos motivados por meio de práticas de leitura realizarmos atividades que promovam positivamente a imagem do povo negro e também a cultura afro-brasileira visibilizando seus valores e tradições.

Acreditamos que, por meio de discussões em que o negro seja apresentado positivamente aos nossos jovens alunos, poderemos em nossas práticas educativas, contribuir para a construção de saberes que formem cidadãos reflexivos face à pluralidade étnico-racial do Brasil.

4 DISMISTIFICANDO PRECONCEITOS E CONSTRUINDO AÇÕES QUE POSITIVEM O NEGRO

Durante todo o percurso deste artigo, procuramos indagar a nós mesmos até que ponto o ensino proposto pela obrigatoriedade da Lei 10.639/03 irá colaborar para que haja a superação do racismo e desigualdades raciais.

Sabemos que os desafios são imensos, pois como já explicitamos anteriormente, não trata-se apenas de conscientizar os discentes acerca da temática que demanda debates e discussões, mas todo um aparato social que envolve a escola, os professores, os alunos e a família.

Trazer esse debate para o seio escolar é, por vezes, travar também um embate com alunos, família ou outros profissionais da educação, pois nem todos se ajustam ou detêm o mesmo ponto de vista sobre diversos temas os quais orbitam na questão da diversidade étnico-racial, podendo prejudicar projetos e aquilo que deve ser ensinado aos alunos.

O que se almeja é que seja dada a possibilidade da ampliação das discussões as quais não permaneçam apenas em valores ou visões eurocêntricas. Além disso, não podemos nos furtar das ações afirmativas que também são importantes nesse contexto, porque foram criadas a fim de emendar deficiências e lacunas que permanecem ainda hoje, fruto do racismo o qual o povo negro até hoje é alvo.

Muitas pessoas posicionam-se contra as cotas e projetos que beneficiam os negros, argumentando ser esta uma forma de discriminação inversa. Contudo, sabemos que por anos, esse povo passou por uma defasagem no sentido de que lhes foi retirado condições normais para que pudessem se posicionar de forma digna na sociedade.

Assim, faz-se necessário que lhes sejam dadas condições diferenciadas para que possam chegar a um fim com as mesmas oportunidades de pessoas não negras.

Entendemos que toda a forma de discriminações parte não apenas do meio escolar. Todavia, como esta instituição está contida no meio social em que vivemos, esse tipo de ação está, de igual forma, inserida naquele ambiente. Assim, a escola deve cultivar formas as quais tenham a intenção de equacionar tais entraves.

Balizando esse raciocínio temos registrado no documento – Marcos Legais da Educação nacional que:

> A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e conserto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2007 p. 30)

Desta forma, os docentes como peças integrantes da escola, devem promover a desconstrução de conceitos falhos os quais foram integrados à educação brasileira. Este mesmo

ambiente é o local adequado para que desde a mais tenra idade os discentes aprendam a discutir, conhecer e entender que estamos convivendo em meio à diversidade. Para tanto, há necessidade de que o corpo docente receba uma formação adequada para lidar com os que nela circulam, haja vista que há questões sobre diversidade cultural, social, religiosa, étnica, sexual dentre outras que muitas vezes são tratadas inadequadamente pelo senso comum, tornando-se motivo de constrangimento e exclusão para os sujeitos nela envolvidos.

O documento ainda discorre que:

> Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais. (BRASIL, 2007 p. 30)

A fim de contribuirmos com a desconstrução de discursos e conceitos que corroboram com a discriminação, aplicamos em uma escola pública no município de Canindé, CE – oficinas que fossem suportes para a promoção da ressignificação de práticas discriminatórias. Além disso, atividades como: filmes, depoimentos, rodas de conversas, entrevistas, produções de textos verbais escritos e de desenhos foram desenvolvidos em sala de aula. Para este artigo, recortamos e explicitamos apenas a atividade que envolve o gênero discursivo propaganda – *(anúncios publicitários).*

O caminho pedagógico encontrado por nós foi a execução das oficinas ora citadas envolvendo diversos gêneros discursivos os quais eram usados em aula de leitura proporcionando a integração dos estudantes e promovendo momentos de ressignificação acerca da temática em questão utilizando as aulas de leitura em língua portuguesa como *background*.

A oficina que trazemos para exemplificação tem com título: Ressignificando a imagem do povo negro - *Refletindo a temática da diversidade étnico-racial a partir de anúncios publicitários* a qual foi executada em quatro momentos. Antes, contudo, solicitamos dos alunos que fizessem produções textuais a fim de que pudéssemos investigar o que eles entendiam da figura do sujeito negro na sociedade. Em seus lugares e com caneta e papel, poderiam sentir-se mais à vontade sendo mais espontâneos em suas colocações e pontos de vista. Em outro momento, poderíamos analisar seus escritos e os possíveis efeitos de sentido que suas produções pudessem emitir.

Eis que surgiram os seguintes textos:

> Hoje em dia o negro não é muito valorizado por sua cor e sua nacionalidade até na sua forma de se vestir e de falar, na escola o negro também e acusado, procurado e abusado. Por chingamentos, apelidos maldosos, brincadeiras sem graça até por sua religião por ele ser evangélico, espirita, do candomblé entre outras mais claro tem algumas leis contra isso para reverter, proteger ou encobrir esses atos de maldade contra essas pessoas no Brasil. (Texto 1/ Aluno1)

Na produção do Aluno 1, podemos enxergar alguns possíveis efeitos de sentido em seu discurso. O Aluno 1 admite que o sujeito negro ainda é tratado de forma negativa por ter sua coloração da pele diferenciada. Ainda cita em seu escrito xingamentos os quais os sujeitos negros sofrem diariamente, principalmente em educandários brasileiros confirmando o preconceito existente principalmente nas escolas brasileiras. Segundo Bernd (1994), o indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos.

O aluno 1 cita também a religiosidade do negro que não é respeitada por se chocar com credos religiosos do outro grupo majoritário que é dominante. Contudo, nos escritos de Gomes e Munanga (2006), podemos confirmar que esse choque cultural existe pois:

> Cada grupo produz a sua cultura de acordo com suas necessidades e possibilidades, portanto não há como considerar uma expressão cultural superior ou inferior, melhor

> ou pior do que outra, o mesmo se aplica à religiosidade [...] Tanto a religiosidade negra como outras expressões religiosas devem ser compreendidas como formas construídas, no interior da cultura, de estabelecimentos, de elos com o Criador.

Contudo, o Aluno 1, em seu ponto de vista revela uma confiança no sistema jurídico brasileiro quando afirma que existem leis que podem proteger ou "coibir" Cremos que o Aluno 1 se expressou mal usando a palavra "encobrir" quando queria usar, possivelmente a palavra "coibir" produzindo outro sentido.

> Os negros no Brasil ainda são tratados com racismo, preconceito, só por quê são negros recebem apelidos como de macaco, preto etc. Eu acho que as pessoas negras não poderiam ser tratadas assim até porquê nos olhos de Deus todos são iguais, eu não tenho nenhum preconceito com pessoas negras até porque eu me considero uma negra. Eu acho que as pessoas deveriam mudar em relação a isso e tomar atitudes e respeitar as pessoas negras, e fazer um mundo melhor e sem preconceito. (Texto 2/ Aluno 2)

O Aluno 2, igualmente ao Aluno 1, reproduz quase que de forma igual o seu discurso acerca do seu pensamento em relação ao sujeito negro.

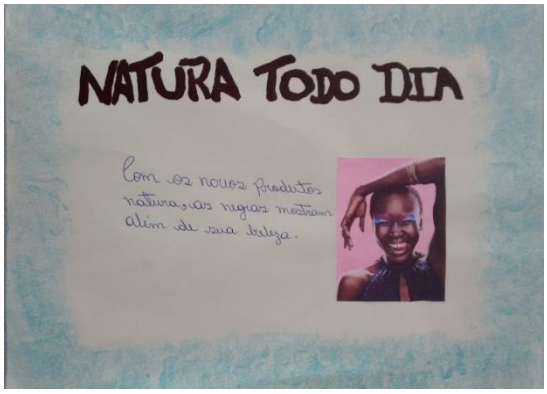
O Aluno 2 revela que em seu contexto social o sujeito negro é desrespeitado e vítima de maus tratos sendo vítima, principalmente de xingamentos verbais.

Percebe-se que é recorrente a emissão de predicativos que desqualificam o sujeito negro tendo como justificativa a coloração da pele de quem sofre a agressão verbal.

O Aluno 2 continua discorrendo seu discurso em sua produção textual apelando para a justiça citando o sagrado quando diz: "as pessoas negras não poderiam ser tratadas assim até porquê nos olhos de Deus todos são iguais". Vemos que o aluno posiciona-se confirmando que ainda é real a prática da discriminação étnico racial. Percebemos que tanto o Aluno 1 quanto o Aluno 2 citam veementemente o entendimento religioso em suas produções.

Esclarecemos que tanto Aluno 1 quanto o Aluno 2, são provenientes de uma escola municipal da cidade de Canindé no sertão cearense que dista cerca de 120 km da capital do estado – Fortaleza. Pontuamos ainda que o meio sócio cultural em que esses discentes estão inseridos faz parte de um complexo religioso do conhecido eixo Juazeiro – Canindé de São Francisco, palco de grandes romarias religiosas. É importante ressaltar que Canindé é uma cidade que recebe anualmente milhares de devotos e romeiros que visitam a cidade reforçando a crença/ devoção em um importante símbolo da ordem Franciscana a quem está vinculado o ícone maior, o sagrado, o Criador.

Em outra atividade realizada em grupos utilizando-se da mesma temática, tomamos o grupo 1 e o cartaz por eles produzido:



NATURA TODO DIA
"Com os nossos produtos natura, as negras mostram além da sua beleza".

Nesse cartaz, percebemos claramente o nível de valorização e o entendimento de não branqueamento da mulher negra a qual faz uso de produtos Natura. É evidente a forma que a marca enaltece a mulher negra enfatizando a sua beleza.

Acerca do grupo 2 e o cartaz por eles produzido, entendemos que:

PÉROLA NEGRA
"Em terra de chapinha quem tem cachos é rainha".

No enunciado do cartaz, confirmamos a valorização conferida à mulher negra em detrimento a um dos maiores símbolos de feminilidade da mulher: o cabelo.

Neste contexto, os alunos apontam para uma questão vista como uma experiência negativa para muitas mulheres negras que não aceitam o seu cabelo. Sobre essa problemática reportamos as palavras de Gomes (2006) que considera o cabelo crespo e o corpo como expressões simbólicas que juntos possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica da beleza negra.

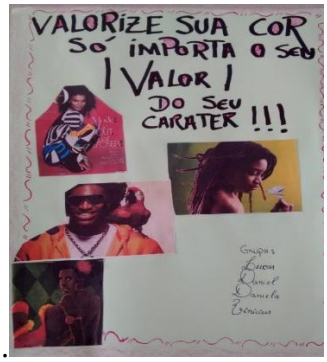
Ainda nesta mesma esteira de pensamento, Ramos-Lopes (2011) posiciona-se acerca disto afirmando que a mulher ou a criança negra pode carregar marcas do preconceito em momentos de sua vida em que seu cabelo não foi considerado como símbolo de beleza negra, e sim, serviu para manifestações racistas, em que, sendo uma criança negra, a cor de sua pele e o fio de seu cabelo se configurariam em traços de exclusão social.

É notório como as mulheres/crianças negras sofrem com a não aceitação de seus corpos e cabelos. Gomes (2006) ainda enfatiza que o cabelo crespo é um objeto de insatisfação de muitas mulheres negras, além de uma forte "marca identitária" que, em determinados momentos, caracteriza-se como "estigma de inferioridade". Temos ainda o posicionamento de Chagas (2008, p.13) que ratifica o exposto acima da seguinte forma:

> Discutimos a importância da diversidade em sala de aula, e de se trabalhar o diferente, uma vez que ser diferente não quer dizer ser ruim. Nesse caso, concluímos a discussão mostrando que o cabelo do negro é grosso, encaracolado, pixaim, mas tais características não são sinônimas de ruim. Quem está dizendo que é ruim? A partir de que parâmetros tais conceitos são definidos?

Assim sendo, essas mulheres molestam-se por acharem que a única forma de beleza encontra-se no modelo do branco que é o louro e liso.

Sobre o grupo 3 e a produção por eles elaborada, compreendemos que:

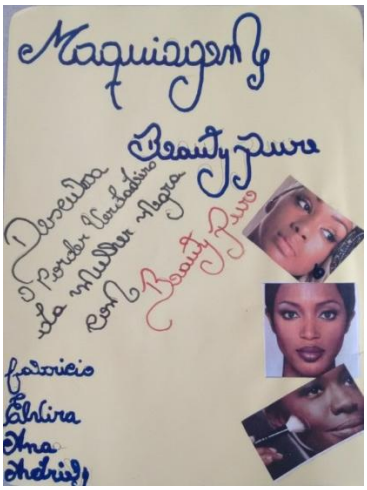


..

VALORIZE SUA COR, SÓ IMPORTA O SEU VALOR, DO SEU CARÁTER!!!

Os possíveis efeitos de sentido constituídos nesta frase são a de enaltecimento da cor da pele negra. A cor negra não pode ser tomada como parâmetro de algo que seja ruim ou menor.

Comentando a criação do grupo 4, logo abaixo, compreendemos que:



MAQUIAGEM BEAUTIFUL PURE.
Descubra o poder verdadeiro da mulher negra com Beauty Pure.

Nos enunciados que compõem o cartaz confeccionado pelo grupo 4, percebemos que os alunos ratificam e empoderam a mulher ressaltando as qualidades positivas de beleza da mulher negra que se agregam quando ela faz uso da maquiagem proposta no anúncio publicitário de “Beautiful Pure” (marca por eles mesmos idealizada).

Entendemos que produções por meio de práticas leitoras promovem momentos de ressignificação sobre práticas que constituem a diminuição do sujeito negro favorecendo a reflexão ao ponto dos sujeitos envolvidos chegarem a construir momentos de ressignificação sobre práticas discriminatórias que são formadas na escola e na sociedade.

No geral, este trabalho foi proveitoso no sentido de promover uma aula mais consciente com o sentimento de cooperação, respeito, tolerância e convivência pacífica dentre os discentes, além da contribuição dada para que não apenas os alunos negros possam construir um sentimento de empoderamento, mas a escola como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das aulas de leitura em língua portuguesa, procuramos desenvolver em sala de aula, através de aulas de leitura em língua portuguesa, a discussão e a desconstrução dos efeitos negativos e estereótipos de que os sujeitos negros são alvos.

Nosso objetivo não é extrair o foco do eurocentrismo e concentrar nas discussões africanas como se estas se sobrepusessem com maior importância em detrimento daquela, mas fazer vir à tona discussões que não mais silenciem preconceitos e discriminações ao povo negro.

Mesmo que a atribuição seja delegada a ele, é importante salientar que apenas o professor em sala de aula não conseguirá, em sua totalidade, equacionar todos os problemas relacionados à discriminação étnico-racial. É necessário que exista um maior envolvimento e comprometimento das famílias, bem como da sociedade em geral sobre essas questões, pois trata-se de uma problemática que está além dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. PRADIME: **programa de apoio aos dirigentes municipais de Educação. Marcos Legais da Educação Nacional** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

BERND, Zilá. In: GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender).

CANDAU, Maria Vera. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In CANDAU, Maria Vera (org). **Cultura(s) e educação**: entre o crítico e pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. D**o silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Formação docente e cultura afro-brasileira**. Revista África e Africanidades, Ano I, n. 3, nov. 2008 <http://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/Formacao_docente_e_cultura_afro_brasileira.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

FANON, Frantz (1983). **The wretched of the earth**. Harmondsworth, Penguin.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender).

JÚNIOR, H.A.C; OLIVEIRA, L.B de S. **A importância da** lei **federal nº 10.639/03**. Revista África e Africanidades – Ano4 – n. 16, fevereiro/maio, 2012.

MAGGIE, Yvonne. **Uma nova pedagogia racial**? REVISTA USP,São Paulo,n.68, p.112-129, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In. M. Abreu & R. Soihet. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro. Casa da Palavra FAPERJ. 2003.

PRAXEDES, Rosângela, PRAXEDES, Walter. **Educando contra o preconceito e a discriminação racial.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

RAMOS-LOPES, Francisca Maria de Souza. **A constituição discursiva de identidades étnico-raciais de docentes negros/as**: silenciamentos, batalhas travadas e histórias (re) significadas. Tese de doutorado: PPgEL-UFRN, Natal, RN, 2010.

RAMOS-LOPES, Francisca Maria de Souza. **Educação e diversidade étnico-racial:** experiências e desafios de docentes de educação básica com a aplicação da lei 10.639/03. Projeto PIBIC/UERN, 2014.